



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Ordem patriarcal de gênero, raça/etnia e classe)

**Feminismo negro e diversidade humana: reflexões para o
debate numa perspectiva de totalidade**

Débora Elita de Sousa Silva¹

Resumo: Neste artigo sobre feminismo negro e diversidade humana, apreendemos as interlocuções entre o feminismo negro e o complexo da diversidade humana numa perspectiva de totalidade. Por meio de pesquisa bibliográfica, apresentamos as principais contribuições do feminismo negro no fortalecimento das lutas feministas e as particularidades desse movimento no Brasil; analisamos o complexo da diversidade humana e sua articulação com a luta de classes; e identificamos as possibilidades de interlocução entre feminismo negro e diversidade humana. O fomento e fortalecimento da consciência de classe possibilitado por ambos revelam a indispensabilidade dos mesmos para entendermos a realidade numa perspectiva revolucionária e emancipatória.

Palavras-chave: Feminismo negro; Consciência de classe; Diversidade humana.

Abstract: In this paper about black feminism and human diversity, we apprehend the interlocutions between black feminism and human diversity complex in a totality perspective. By means of bibliographical research, we present the main contributions of black feminism in strengthening feminist struggles and its particularities in Brazil; we analyze the human diversity complex and its articulation with class struggles; and we identify the interlocution possibilities between black feminism and human diversity. The strengthening and fomentation of class consciousness provided by black feminism and human diversity consciousness reveal their indispensability to the understanding of reality in a revolutionary and emancipatory perspective.

Keywords: Black feminism; Class consciousness; Human diversity.

¹ Doutoranda em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Bolsista CAPES) mestra em Serviço Social, deboraelita@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital, em curso desde 1973 (ANTUNES, 1995), agrava-se diante da pandemia global da COVID-19² vigente desde dezembro de 2019 na China e que chegou ao Brasil em março de 2020. A atual crise sanitária acirrou as desigualdades sociais e econômicas inerentes à “ordem sociometabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2011); mais de cinco milhões de vidas foram ceifadas em todo o mundo em decorrência da contaminação pelo coronavírus. No Brasil, os índices revelam mais de seiscentas mil mortes, muitas das quais poderiam ter sido evitadas não fora a política genocida praticada pelo (des)governo de Jair Bolsonaro (2019-), que retardou o recebimento das vacinas, propagou discursos negacionistas, antivacina e anticiência, evidenciando a política de morte que sustenta o “capital pandêmico” (ANTUNES, 2020) nesses tempos de ascensão neoliberal e neoconservadora.

A negação do acesso aos direitos, se expressa, por exemplo, na Emenda Constitucional 95, promulgada ainda durante o governo golpista³ de Michel Temer em 2016, também conhecida como “PEC do fim do mundo” que congela por 20 (vinte) anos os investimentos em políticas públicas. Assim, sofrem sucateamento as áreas da saúde, educação e seguridade social, com incidência sobre as condições de vida da classe trabalhadora. A esses agravantes somam-se o crescimento das taxas de desemprego, de violência e de fome, que caracterizam a falta de condições de manutenção da vida de um contingente populacional majoritariamente feminino, negro e periférico.

Em escala global, as conquistas democráticas resultantes da luta coletiva pela ampliação da democracia e em prol das diversas demandas da classe trabalhadora por direitos encontram-se ameaçadas. Reacendem, por exemplo, o racismo, a intolerância à diversidade, o irracionalismo, o conservadorismo, a exploração massiva e intensiva da força de trabalho e a defesa da moral burguesa. Ocorre a naturalização da desigualdade social e da violação da diversidade humana. Na particularidade nacional personifica-se a ascensão da extrema direita brasileira: reacionária, ultraneoliberal, e neoconservadora, cujos impactos se expressam na perda de direitos, no desmonte das políticas sociais e na propagação de um “modo de ser” conservador.

Conforme dados divulgados pela Agência Patrícia Galvão, em relação ao cronômetro da violência, uma mulher é vítima de estupro a cada 10 (dez) minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia; uma travesti ou mulher trans é assassinada no Brasil a

² A COVID-19 é uma doença que se manifesta nos seres humanos, após a infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, o qual consiste num vírus da família dos coronavírus. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus” (INSTITUTO BUTANTAN, s.d).

³ Cf. Mascaró (2018) e Demier (2017).



cada 2 (dois) dias; e 30 (trinta) mulheres sofrem agressão física por hora. Além disso, 76% das mulheres já sofreram violência e assédio no trabalho; 97% das mulheres já foram vítimas de assédio em meios de transporte; e, para a maioria dos entrevistados (87%) na pesquisa “Violência doméstica contra a mulher na pandemia⁴”, divulgada em novembro de 2020 pela Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão, a pandemia trouxe o aumento das agressões físicas e verbais, a violência sexual, os ataques na *internet* e o assédio contra mulheres. As mais diversas formas de violência geradas pela diversidade dos sujeitos sociais são imbricadas às determinações de classe que se manifestam de forma bastante concreta na vida, e se acirram em tempos de crise do capital.

Dados oficiais divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) demonstram o aumento de 41% no número absoluto de mortes de pessoas trans, que subiu de 124 (cento e vinte quatro) para 175 (cento e setenta e cinco) entre os anos de 2019 e 2020 (BENEVIDEZ; NOGUEIRA, 2021 apud PACHECO, 2021). No que se refere ao conjunto de pessoas LGBTQI+⁵ o Grupo Gay da Bahia (GGB) indica que houve redução do número absoluto de mortes de 320 (trezentos e vinte) em 2019 para 237 (duzentos e trinta e sete) em 2020, representando uma queda de 20%, mas não deixa de ser alarmante.

Recentemente, no dia 24 de janeiro de 2022, um jovem cangolês de 24 anos, Moíse Kabagambe, foi assassinado a pauladas, socos e tapas no bar onde trabalhava na orla da Tijuca no Rio de Janeiro. Negro, estrangeiro e integrante da classe trabalhadora, foi vítima de racismo e xenofobia ao reivindicar o pagamento de suas diárias atrasadas. O assassinato de Moíse denota a banalização da violência, a intolerância aos povos estrangeiros, o genocídio do povo negro e a precarização do trabalho, problemáticas constitutivas das diversas faces bárbaras do capitalismo neoliberal e neoconservador.

Sob a sociabilidade capitalista, fundamentada na divisão social, sexual e racial do trabalho, na exploração-apropriação da força de trabalho e na produção coletiva e apropriação privada dos bens e serviços, constroem-se hierarquias no interior da classe trabalhadora. Essas diferenças hierárquicas são apropriadas pelo capital, que as utiliza para manter-se e reproduzir-se enquanto modo de produção de bens e de relações sociais sob o marco da desigualdade. Urge a efetivação de um novo modelo de vida em sociedade, que recoloque no centro de seus objetivos não o mercado nem o lucro, nem a segmentação/individualismo, mas a criação de possibilidades reais e cada vez mais amplas de plena realização e emancipação humana.

⁴ Conforme esse mesmo estudo, os principais motivos apontados para o aumento da violência doméstica durante a pandemia foram: a) o consumo de álcool (91%); b) o estresse/a irritação por causa do isolamento (91%); c) pessoas convivendo por mais tempo dentro de casa (83%); d) preocupação com a falta de dinheiro (81%); e) mulheres e homens estarem tendo contato por mais tempo (78%); f) sobrecarga da mulher pela falta de divisão do trabalho no espaço da casa (74%).

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, *Queer*, Intersexo, e outras que não correspondem ao padrão heterossexual mas também não se enquadram nas anteriores.



Nosso objetivo neste artigo é apreender as interlocuções entre o feminismo negro e o complexo da diversidade humana numa perspectiva de totalidade. Para tal, e por meio de pesquisa bibliográfica, apresentamos as principais contribuições do feminismo negro no fortalecimento das lutas feministas e as particularidades desse movimento no Brasil; analisamos o complexo da diversidade humana e sua articulação com a luta de classes; e identificamos as possibilidades de interlocução entre o feminismo negro e a defesa da diversidade humana em um horizonte emancipatório.

2. FEMINISMO NEGRO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

[...] Simone de Beauvoir [...] diz: “A gente não nasce mulher, a gente se torna mulher”. Do mesmo modo nós não nascemos negros, nós nos tornamos negros! A gente nasce “pardo”, “azul-marinho”, “marrom”, “roxinho”, “mulato claro” e “escuro”, mas a gente se torna negro. Ser negro é uma conquista. Não tem nada a ver com as gradações de cor de pele! Isso foi o racismo que inventou! (GONZALEZ, 2018, p. 361).

Na imbricada relação entre classe, raça/etnia e sexo torna-se explícito que sob os marcos do capital a exploração-opressão-dominação entre os indivíduos sociais é fomentada a existir inclusive entre iguais. Entre pessoas da mesma classe pelo viés das opressões de raça/etnia e/ou sexo; entre as da mesma raça/etnia pelo viés da classe e/ou sexo; e entre as dos mesmos sexos pelo viés da raça/etnia e/ou classe.

O patriarcado afeta de forma diferente as mulheres negras, as quais, no período da escravidão foram tratadas como “mulas do mundo” (COLLINS, 2019):

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e ser carregadas quando há valas na passagem, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. A mim, porém, ninguém nunca ajuda a subir em carruagens, a pular poças de lama, nem cede o melhor lugar! E por acaso não sou mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Já arei, plantei, trabalhei em estábulos, e homem nenhum se saía melhor do que eu! E por acaso não sou mulher? Eu era capaz de trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando havia comida –, além de aguentar chicotada! E por acaso não sou mulher? Pari treze filhos, e um por um foram vendidos como escravos. Quando chorei minha dor de mãe, ninguém me ouviu, só Jesus! E por acaso não sou mulher? (LOWENBERG; BOGIN, 1976, p. 235 apud COLLINS, 2019, p. 51-52).

As mulheres negras são “faladas”, definidas e classificadas pelo sistema ideológico dominante, que lhes nega não somente serem sujeitos do próprio discurso, mas sujeitos da própria história. Neste segundo aspecto, enfatizamos a dimensão revolucionária assumida por Gonzalez (1984, 2011, 2018), que, longe de restringir as lutas da população negra à conquista política de um lugar social, alia essa conquista à ação dos sujeitos como construtores das suas próprias histórias (ainda que em condições que não são por eles mesmos determinadas). A partir desse entendimento, identificamos a defesa da participação



das mulheres negras de forma ativo-transformadora na construção da história, que se realiza na luta de classes e na diversidade das opressões às quais tais lutas se articulam.

No Brasil, o mito da democracia racial é atualizado com força simbólica por meio do carnaval, que transforma a mulher negra em rainha, em deusa do samba. A atribuição como mulata ou doméstica é fornecida ao mesmo sujeito, dependendo do lugar onde é visto, na passarela ou em casa. A articulação entre a mulata e a doméstica foi construída a partir da figura da mucama, da escrava moça que auxiliava nos serviços domésticos, amamentava os filhos das brancas e era obrigada a satisfazer as exigências sexuais dos senhores. A doméstica é a figura permitida da mucama, que presta bens e serviços, que carrega a responsabilidade de cuidar dos seus e de outros filhos. A doméstica é o oposto da mulata, porque faz parte da vida cotidiana, da realidade produtiva e reprodutiva da sociedade capitalista; é desprezada, não exaltada (GONZALEZ, 1984).

A especificidade de ser mulher negra e pobre no Brasil demandou a elucidação de que a identidade branca e a teoria e prática política que se embasava numa mulher universal branca (que não corresponde à realidade étnico-racial nacional) eram insuficientes diante da diversidade multirracial e pluricultural que constitui as expressões do feminismo brasileiro.

A participação das mulheres negras no Movimento de Mulheres foi marcada por contradições, resistências e solidariedade. Ao evidenciarem a imprescindibilidade da inserção das opressões de raça nas pautas das lutas feministas, eram taxadas como “agressivas” ou “não feministas”. Além disso, ao salientarem que a realização do trabalho doméstico por mulheres negras possibilitava a “libertação” das mulheres brancas para lutarem pelos direitos “da mulher” (branca), as negras geravam grande desconforto às brancas. Esses e outros fatores que expressavam o racismo no próprio Movimento de Mulheres, não impediu, felizmente, que houvesse solidariedade por parte dos setores mais avançados do Movimento de Mulheres, interessados na divulgação e colaboração das/com as lutas das mulheres negras (GONZALEZ, 2018).

A partir dessas questões, se expressa a não identificação das negras brasileiras e latinas com o feminismo branco, considerando a particularidade histórica que fundamentou a mobilização das mulheres não brancas. Assim,

[...] quando nos reportamos às *amefricanas da chamada América Latina*, e do Brasil, em particular, nossa percepção descobre uma grande resistência ao feminismo. *É como se ele fosse algo muito estranho para elas*. Herdeiras de uma *outra cultura ancestral*, cuja dinâmica histórica revela a diferença pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de feminismo, de *mulherismo* do que de *feminismo*. Sem contar que sabem mais de *solidariedade* do que de *competição*, de *coletivismo* do que de *individualismo*. Nesse contexto, há muito que aprender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria (GONZALEZ, 1988 apud GONZALEZ, 2018, p. 366) (grifos da autora).



Partindo do entendimento de que a vivência das relações patriarcais de sexo não traz como consequência mecânica a solidariedade racial intragênero, as mulheres negras passaram a enfrentar as desigualdades e contradições do próprio movimento feminista brasileiro, resultantes do racismo principalmente entre negras e brancas. Essa solidariedade de gênero entre as mulheres negras também resultou na exigência feita pelas mesmas para que a dimensão de gênero fosse instituída como estruturante das desigualdades raciais pela agenda dos movimentos negros brasileiros (CARNEIRO, 2003).

Destacamos a importância da dimensão racial para o fortalecimento das lutas feministas e pela diversidade humana, bem como no entendimento da divisão sexual do trabalho, inclusive na particularidade multirracial e pluricultural da América Latina. O ocultamento da dimensão da raça nas lutas feministas é um processo que expressa o velamento geral, no interior das sociedades latino-americanas, da dimensão racial.

Partindo das noções de mulata, doméstica e mãe preta, as mulheres negras começaram a tratar dos desafios que faltavam, utilizaram, para tanto, e como suporte epistemológico, teorias freudianas e lacanianas, como a psicanálise (GONZALEZ, 1984).

Sob essa perspectiva, a consciência é caracterizada como o lugar do desconhecimento, do ocultamento, da alienação, do esquecimento e do saber, sendo a partir dela que se apresenta o discurso ideológico. A memória, por sua vez, é entendida como o “não-saber que conhece”, o lugar do resgate da história não escrita, da emergência da verdade que é estruturada como ficção. Noutras palavras, a memória guarda a história dos povos, a versão não contada pela ideologia dominante. Nesse sentido, podemos considerar que “a consciência exclui o que a memória inclui” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Enfatizamos a importância da abertura e consciência em relação à necessidade de unificar as lutas sociais. Ao evidenciar que a luta das mulheres negras por igualdade social demanda a luta por igualdade intragênero, revela-se que as demandas por direitos das mulheres negras não estão dissociadas dos interesses das mulheres brancas. Não se trata, pois, de um feminismo negro identitário e/ou pós-moderno, e sim de um feminismo negro analiticamente capacitado e politicamente comprometido com uma perspectiva de luta ampla, emancipatória e revolucionária, sob o entendimento de que a classe trabalhadora não é um todo homogêneo.

As mulheres negras e indígenas participam especialmente da vertente popular dos movimentos feministas, pelo envolvimento e preocupação com as questões de sobrevivência familiar, mas a presença dessas mulheres, principalmente no mercado de trabalho informal, também as leva a novas reivindicações (GONZALEZ, 2011), o que, inclusive, explicita a imbricação das opressões de classe, sexo e raça/etnia, que igualmente demandam-nos estratégias articuladas de luta.



Nessa necessária imbricação das lutas sociais, frente às diversas opressões que nos atingem, Gonzalez (2011) destaca os movimentos étnicos, dentre os quais o movimento indígena, e sua ascendente capacidade organizativa na América do Sul, bem como o movimento negro.

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. [...] E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME [Movimentos Étnicos] é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. [Parágrafo] Mas é exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM [Movimento de Mulheres], a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. [...]” (GONZALEZ, 2011, p. 18) (grifo nosso).

Quando Gonzalez (2018) demonstra o racismo como a relação concreta que mobiliza e suscita a consciência das mulheres negras, podemos comparar esse processo à formação da consciência militante feminista. Em comum temos o fato de que é a concretude da vida que demanda e fomenta a consciência, o que revela a incidência da realidade sobre a consciência, e sobre o entendimento teórico dessa realidade, e não o contrário.

O ingresso das mulheres nos movimentos traz o despertar da consciência em si, que mobiliza para a luta, para a consciência para si. Quando isso acontece na vida de uma mulher negra não se trata de uma hierarquização das lutas sociais pelo viés da raça, mas da expressão, na realidade concreta da vida dessas mulheres, da imbricação entre as relações sociais de classe, raça/etnia e gênero, de tal modo que a vivência e consciência acerca de uma dessas opressões pode mobilizar a consciência e luta contra as demais.

[...] o primeiro passo que a mulher negra dá em termos de conscientização, tem a ver com a luta contra o racismo, posto que não só ela, mas seus filhos, irmãos, parentes, companheiros, amigos e conhecidos dele são vítimas. Depois é que ela “saca” o lance do sexismo. Sua participação nos movimentos negros foi e tem sido cada vez mais intensa, de maior significação. [...] (GONZALEZ, 1981 apud GONZALEZ, 2018, p. 115).

O feminismo, como forma de ação prático-política que apresenta como objetivo último a emancipação das mulheres, guarda uma relação histórica com o marxismo e com o socialismo. Desde a década de 1970 cresce a defesa do marxismo como uma corrente teórica totalmente ultrapassada, no entanto, o método e a proposta de Marx nos apresentam ferramentas que permitem desvelar o mundo. Isso porque o objeto de estudo de Marx era a sociedade capitalista, e ainda vivemos nesta sociedade, ou seja, “[...] para desespero dos



apressados coveiros do marxismo, a história ainda é a história da luta de classes (IASI, 2014, p. 207).

Os pensadores marxistas, ao discutirem a temática da consciência de classe, têm apresentado em comum a afirmação de que *a classe trabalhadora possui como possibilidade converter-se em sujeito histórico, e construir seu próprio projeto para a sociedade: o socialismo* (grifo nosso). Tal processo seria gestado inicialmente por meio das lutas sociais imediatas, que permitiriam a formação da consciência em si dessa classe revolucionária (momento em que se identifica como classe, mas ainda se encontra subordinada ao capitalismo), e depois, assumiria o processo de consciência de classe para si, numa assunção do seu caráter histórico, e possuidora de um projeto de sociedade autônomo e revolucionário (IASI, 2008).

A questão da consciência em si, e, especialmente da consciência de classe, emerge como elemento central às lutas coletivas, porque a consciência de classe carrega o potencial revolucionário de transformação da realidade social. Insistir no fomento dessa consciência é revelar o entendimento de que as demandas individuais carecem da coletividade classista, o que reforça a imbricação entre classe, raça/etnia e sexo.

A consciência de classe não diz respeito a um momento fixo da classe trabalhadora, nem ao seu comportamento, modo de ser e agir em determinado momento. Corresponde, antes, a um movimento histórico (IASI, 2008).

[...] Os trabalhadores lutam *na* sociedade civil no interior de relações estabelecidas contra as manifestações da ordem do capital que se choca com a existência humana, ao mesmo tempo em que amadurece a consciência da necessidade de superação dessa ordem. A consciência de classe não estaria em um momento ou em outro, mas exatamente na articulação de um com o outro (IASI, 2014, p. 133) (grifo do autor).

A consciência de classe encontra-se, pois, na possibilidade de “choque” entre a realidade da vida em sociedade e “aquilo que sou” na sociedade; no amadurecimento resultante dessa possibilidade. Ou seja, a consciência emana da própria realidade quando essa apresenta em si e em sua relação com as classes a contradição entre aquilo que ela é, reproduz e lhe interessa manter, e aquilo que somos, as coisas pelas quais nos interessamos e buscamos manter ou transformar.

A formação do movimento de mulheres expressa a dimensão coletiva da consciência militante. Há uma relação entre coletividade, consciência e práxis. Essa construção passa pela formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas concebidas como direitos sociais, e também pelo reconhecimento de coletividade (SOUZA-LOBO, 2011 apud CISNE, 2013).

Durante o processo de formação da consciência individual e coletiva, suscitado pelo engajamento em grupos e movimentos sociais, por exemplo, as mulheres vivenciam



experiências de autoconfiança em relação ao corpo e autonomia em relação aos padrões de beleza; autocuidado e respeito às próprias vontades; saem de casa para participar da vivência em grupos, movimentos, manifestações...; percebem a si mesmas nas outras mulheres, identificam nelas as opressões que vivem não só individual, mas coletivamente; e identificam a importância do grupo, dos movimentos sociais e da militância política, que articula coletividade e transformação social. Em suma, “[...] com a formação da consciência militante feminista as mulheres percebem que a luta pela sua autonomia e liberdade individual demanda a luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriação e exploração” (CISNE, 2013, p. 40).

O processo de apropriação de si, de se perceber como sujeito de sua própria vida está radicalmente articulado ao processo de descobrir-se feminista. A participação das mulheres em movimentos feministas permite o fomento da consciência individual e coletiva no sentido da militância feminista, cujas lutas se expressam na conquista de espaços e direitos, ao tornar possível o questionamento ideológico e estrutural do modelo de sociedade em que vivemos (CISNE, 2013).

A participação política das mulheres negras tem propiciado o reconhecimento das seguintes questões: não existe um padrão universal de mulher; há distinções intragênero; o racismo integra as formas produtivas e reprodutivas das desigualdades sociais vividas pelas mulheres brasileiras; existem privilégios raciais para as mulheres brancas; as mulheres negras demandam políticas sociais específicas dada as particularidades históricas expressas nas desigualdades que caracterizam a inserção/participação do povo negro na sociedade; há dimensão racial da pobreza no Brasil; é preciso reconhecer a violência simbólica resultante do ideal de branqueamento sobre os não-brancos (CARNEIRO, 2003).

A introdução dessas questões na esfera pública contribui para ampliar a democracia, a igualdade e a justiça social (CARNEIRO, 2003), fundamentais para assegurar direção social emancipatória na luta da classe trabalhadora.

A politização das relações patriarcais de sexo por meio das lutas feministas transforma as mulheres em novos sujeitos políticos, capazes de participar e diversificar o movimento de mulheres e suas pautas de luta. Negras, indígenas, quilombolas... apresentam demandas específicas que estão para além da dimensão do gênero, e isso propicia a ampliação da concepção e das estratégias de lutas feministas brasileiras (CARNEIRO, 2003). Além disso, essa diversidade possibilita apreender que a classe trabalhadora é diversa, de tal modo que reconhecer esse fato pode favorecer a unificação das lutas visando superar o capitalismo.



3. DIVERSIDADE HUMANA E LUTA DE CLASSES

O mundo capitalista

[...] gesta este tempo de indivíduos violados em sua diversidade; superexplorados em busca da sobrevivência, fragmentados em suas identidades e possibilidades de resistência e atormentados, com medo de adoecer, ficar desempregado ou ter que mudar de cidade para quem sabe conquistar alguma forma de sobrevivência. [...] (SANTOS, 2020, p. 72).

Nossa condição histórica de seres ontologicamente sociais é marcada pelo salto promovido pela realização do trabalho⁶ enquanto atividade que expressa a relação seres humanos-natureza, e que modifica a ambos, com destaque para o fato de que nessa relação a humanidade é impulsionada a responder necessidades cada vez mais complexas rumo ao alcance de suas plenas possibilidades de existência em sociedade. É pela via do trabalho que nos constituímos enquanto seres sociais e diversos, mas são inúmeros os percalços que integram a sociedade capitalista, se agravam na conjuntura atual e impossibilitam nossa plena emancipação.

Com vistas ao atendimento dos interesses das classes dominantes e da manutenção da ordem social, as determinações decorrentes da classe, diversidade de gênero e sexual, por exemplo, são utilizadas como meio para desenvolver no seio das relações sociais, uma moral repleta de preconceitos e discriminação (SILVA, 2011).

Nas sociedades racializadas a imposição do regime escravista fundamentado na raça serviu de base estruturante à acumulação capitalista primitiva, como foi o caso da realidade brasileira, o último país da América Latina a findar o regime de escravidão. Marcado pelo incremento na totalidade da vida social do sistema escravista, foram os negros escravizados que construíram estradas, edifícios, igrejas, escolas, enfim, todo o aparato físico-material brasileiro (ALMEIDA, 2017).

O capitalismo tem se utilizado do Estado e seus agentes para efetivar o genocídio do povo negro⁷, seja pela via das execuções, das superlotações no sistema prisional, ou ainda, na omissão em relação ao feminicídio de mulheres negras em sua diversidade sexual. Essas ações revelam a dimensão estrutural do racismo e sua imbricação com as relações sociais de sexo e classe.

O patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a família monogâmica são bases fundantes da negação da vivência substantiva da liberdade e da diversidade sexual e humana. Apreender o ser social em sua diversidade não significa fragmentá-lo em

⁶Trabalho como uma relação dialética e de síntese entre a teleologia e a causalidade. Noutras palavras, trabalho como atividade que expressa nossa capacidade racional de projetar previamente a finalidade de uma ação, em meio à realidade que nos cerca. Por meio dessa atividade criadora aprimoramos as forças produtivas superando as barreiras naturais. De tal modo, o trabalho, numa perspectiva ontológica, é o ato fundante do ser social (CISNE e SANTOS, 2018).

⁷ Cf. Almeida (2017) e Nascimento (2016).



dimensões, partes, marcadores, nem os apartar das determinações de classe (CISNE; SANTOS, 2018). A diversidade humana constitui o processo de individuação humana e sua formação enquanto ser social.

A individualidade é um processo histórico que decorre da ação dos indivíduos na trajetória de desenvolvimento das forças produtivas. É um processo dinâmico de busca permanente, em que sob determinadas condições históricas, o indivíduo, inserido na divisão sexual, social e racial do trabalho amplia suas capacidades humanas ao encontrar respostas para suas necessidades, tendo em vista os fins que desejava alcançar durante a realização do trabalho. Nesse processo o indivíduo supera a existência como mero membro da espécie humana e se constrói como individualidade, como sujeito singular (constituído por qualidades e conquistas históricas) e integrante do gênero humano. A individualidade, é, portanto, indissociável da vida social (CISNE; SANTOS, 2018).

Sob a sociedade capitalista, as relações sociais de classe, raça e sexo incidem sobre todas as esferas da vida cotidiana, e são utilizadas como meio para restringir as possibilidades de liberdade substantiva dos indivíduos, ou seja, fornecem obstáculos à expressão da sua diversidade. Isso não significa que os indivíduos são passivos às opressões.

Desde 1960, em nível mundial, e 1980, no caso brasileiro, diversos movimentos e grupos têm anunciado a necessidade do reconhecimento da diversidade: mulheres, população negra, LGBTQI+, indígenas, a juventude, ambientalistas... Ao trazerem para o campo da política suas reivindicações, politizam a diversidade enquanto dimensão da individualidade do ser social e revelam que a diversidade humana tem sido transmutada pelo capitalismo em meio para opressão. Diante disso, a transformação das relações capitalistas demanda, portanto, ações para além da formação e consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras (SANTOS, 2019).

Por viverem e se expressarem de forma distinta ao padrão heteropatriarcal burguês preconizado e defendido pela classe dominante como o único legítimo, os indivíduos se tornaram alvo preferencial de discriminação e preconceito, e isso não se restringiu às práticas da direita. As forças políticas do campo da esquerda sempre tiveram dificuldade de incorporar as pautas como os direitos das mulheres (considerados como questão menor), o racismo e os direitos sexuais, tratando como uma não questão as demandas dos LGBTQI+ (SANTOS, 2019).

A resistência da esquerda não significa que não existiram forças em seu interior que incorporaram as demandas da diversidade com mais capacidade política de articulação e crítica. No entanto, o que prevaleceu foi uma leitura determinista/economicista da realidade, disseminando que a defesa da diversidade consistia num entrave à formação da consciência



de classe e na capitulação de militantes e organizações políticas ao universo pequeno-burguês (SANTOS, 2019). Assim,

[...] Ampos segmentos de esquerda romperam com o marxismo e abraçaram uma perspectiva de análise da realidade que priorizava análises do cotidiano, da política, dos direitos humanos e da cultura. Temáticas indiscutivelmente relevantes. *O grande obstáculo é que prevaleceu nessas análises a dissociação entre cotidiano e relações sociais no mundo capitalista.* Não negaram a existência do capitalismo, mas não estabeleciam conexões e mediações históricas entre os fenômenos analisados e as determinações objetivas/subjetivas próprias do sistema do capital. [...] (SANTOS, 2019, p. 73-74) (grifo nosso).

Sob a segmentação entre o cotidiano e as relações sociais no mundo capitalista surgiram duas tendências: o economicismo e o politicismo, reduzindo a análise da realidade social a partes, fragmentos, ora sob o viés da produção, ora sob o campo da individualidade dos sujeitos, desconsiderando, em ambos os casos, a totalidade da vida social e a imbricação entre produção e reprodução social.

No campo das esquerdas, os economicistas⁸ apreendem a diversidade como um âmbito de lutas com caráter e relevância social inferior, fragmentada, e sustentada numa teoria e prática política funcional à reprodução capitalista. Pela via do economicismo temos a primado do modo de produção em detrimento da formação social, sendo esta última tida como uma abstração coincidente com a realidade social. Assim, centraliza-se a análise da realidade social na contradição capital-trabalho de forma abstrata e universal, e as demais contradições são apreendidas como fenômenos secundários (DIAS, 2002 apud SANTOS, 2017).

O politicismo⁹, por sua vez, consiste num amplo movimento teórico e político, que, reagindo ao economicismo, incorreu na redução da realidade à política. Por essa via, sobressaiu a tendência de autonomizar os indivíduos, os processos, relações e complexos sociais, como se fossem apartados das determinações societárias (SANTOS, 2017).

Além do economicismo e politicismo, emerge a pauta do politicamente correto, que, na realidade nacional, tem sua origem na década de 1990. Trata-se de um modo de

⁸Alguns problemas decorrentes dos fundamentos economicistas com incidência sobre a diversidade são: I) a simplificação desmedida no entendimento da individualidade, subsumida à noção economicista de classe social, numa tendência à diluição, pela via da desqualificação política das grandes questões que circundam a relação entre consciência e realidade ou o papel ativo da consciência no mundo real; II) a classificação do debate e da realidade sobre a cultura, bem como das questões relacionadas à alienação, como terreno antirrevolucionário ou de menor preocupação/relevância social; III) A instituição de um modo de apreensão das lutas sociais deslocado da história, caracterizando mecanicamente lutas gerais e específicas; IV) circunscrição do direito e da política ao campo das determinações econômicas; e V) a vulgarização da teoria, apreendida como imposição imediata das lutas políticas (SANTOS, 2017).

⁹Os principais problemas dos fundamentos politicistas sobre a diversidade são: 1) a perda do referencial ontológico da centralidade do trabalho; 2) a desconsideração das mudanças da produção da vida material em meio à crise estrutural do capital, bem como as implicações na vida cotidiana e na subjetividade dos sujeitos; 3) a centralização na luta eleitoral em detrimento da valorização as lutas sociais; 4) a apologia ao parlamento como espaço para resolução das violação dos direitos das formas de opressão; 5) a supervalorização da igualdade de oportunidade e judicialização das reivindicações, como metas a serem alcançadas pelos sujeitos oprimidos (SANTOS, 2017).



entender a realidade social a partir do universo da linguagem, da pluralidade de espaço, cultura e discursos. Sob a apreensão de que a linguagem está presente em todas as dimensões da realidade, se torna o auge daquilo que é possível conhecermos no mundo e ao mesmo tempo a mediação que estrutura as relações sociais. “Tudo é discurso e o discurso é tudo” (MCNALLY, 1999 apud SANTOS, 2017).

Sob essa forma de reducionismo, alega-se que para mudar o mundo é suficiente mudar a linguagem com a qual entendemos o mundo. É a defesa da primazia do discurso sobre a realidade social; desconsidera a incidência das determinações concretas da vida em sociedade em relação à vontade política dos sujeitos, e concede poder à palavra como se fosse mágica.

Analisar a vida social numa perspectiva de totalidade permite abarcar as múltiplas determinações da vida em sociedade e reconhecer a realidade em sua densidade histórica. Nesse sentido, pensar do ponto de vista de classe demanda apreender os diversos sujeitos sociais em sua individualidade e diversidade. Nesse processo, a consciência de classe demanda consciência da diversidade humana.

A agenda da diversidade carrega o potencial de fomentar a consciência de classe, e *isso dependerá da direção atribuída ao entendimento e às reivindicações dessa agenda*. Além de não se contrapor a luta de classes, a diversidade pode enriquecer tal luta, ao possibilitar o reconhecimento, resistência e enfrentamento contra a exploração, opressão humilhação e violação dos direitos, e favorecer o entendimento de que as determinações postas pela sociedade capitalista não são passíveis de escolha a ser considerada ou não em nossa apreensão da realidade (SANTOS, 2019) (grifo nosso). Nesse sentido, o feminismo materialista contribui ao desvelar a consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de classe, sexo e raça.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na concretude da vida social somos marcados por diversas formas de exploração-opressão enquanto classe trabalhadora heterogênea. Não somos inertes às múltiplas determinações que restringem nossa liberdade de ser e existir em sociedade de forma individual e genérica. As lutas contra o racismo, a opressão de gênero, o heterossexismo, em defesa dos povos indígenas, do meio ambiente...indicam-nos que não é possível superar as “amarras” que nos “aprimonam” se não o fizermos numa perspectiva de totalidade, que abarque o cotidiano e a crítica radical ao capitalismo.

Nesse sentido, apresentamos as seguintes questões: existem articulações entre feminismo negro, diversidade humana e consciência de classe? É preciso e possível



articulá-las? Em que termos? Analisar “[...] a consciência e a consciência de classe pressupõem que partilhemos da compreensão de que a dinâmica da sociedade é uma dinâmica de luta de classes. [...]” (IASI, 2014, p. 27). Nesse sentido, a articulação entre feminismo negro e diversidade humana é necessária e viável, numa perspectiva de totalidade, a partir do processo de fomento e fortalecimento da consciência de classe possibilitado por ambos, pela via da evidenciação das particularidades que constituem os sujeitos constitutivos e construtores da história.

Nenhum de nós será plenamente livre enquanto algum de nós ainda for oprimido-explorado. A diversidade que nos caracteriza de modo singular expressa, ao mesmo tempo, que o gênero humano se particulariza por sua diversidade em relação às diferentes possibilidades de viver, ser, sentir, e agir sobre o mundo, objetivando aprimorá-lo para aprimorar a si mesmo e a sociedade que constitui por meio das relações sociais que constrói. O reconhecimento da diversidade e das contribuições do feminismo negro tem potencial estratégico para unificar lutas e sujeitos. Temos ciência, todavia, de que a direção social no entendimento da luta de classes no capitalismo contemporâneo e a função social que assume as lutas em defesa da diversidade humana é um desafio teórico-político.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra as mulheres em dados. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/> > Acesso em 08 nov. 2021.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra as mulheres em dados. Para 87% da população a pandemia fez com que a violência contra mulheres aumentasse. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/para-87-da-populacao-a-pandemia-fez-com-que-a-violencia-contra-mulheres-aumentasse/> > Acesso em 08 nov. 2021.

ALMEIDA, Janaiky Pereira. Empoderamento X Consciência militante feminista: contribuições ao debate. In: ALMEIDA, J.P. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.p.217-220.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020. recurso digital. (Pandemia capital).

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência militante feminista no Brasil. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano VII, N. 6 – dezembro/2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mAgkGxR-BqL43WLXQRtSUF7P4oLAQKPU/view> Acesso em 05 jan. 2022.



_____; SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. - São Paulo: Cortez Editora, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8).
COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Mauad X, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Atualizado em 15 de julho de 2021. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> > Acesso em 08 nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana, 2018.

_____. Por um feminismo Afro-latino-Americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino* n.1, Batalha de Ideias. AfroLatinoAmérica, Brasil, 2011. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf > Acesso em 27 abr. 2021.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C%20A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf > Acesso em 26 abr. 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade> Acesso em 16 mar. 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1. ed. revista. São Paulo : Boitempo, 2011.

PACHECO, Dennis. Direitos trancados no armário: LGBTQfobia e racismo no Brasil. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2021. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/5-direitos-trancados-no-armario-lgbtqfobia-e-racismo-no-brasil.pdf> > Acesso em 08 nov. 2021.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Gênero humano e diversidade humana em tempos neoliberais. In: SOUSA, A. A. S. de et al (Orgs.) **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 67-81. Disponível em: < <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2021/06/NUTSS-Livro-Trabalho-e-os-limites-do-Capitalismo.pdf> > Acesso em 07 nov. 2021.